

Ainda, e sempre, a dívida externa

Barbosa Lima Sobrinho

A questão da dívida externa ganha novas dimensões, com os acontecimentos dos últimos dias. E já não é mais assunto privativo das repartições do Ministério da Fazenda, nem mesmo do Banco Central. Pela sua importância, tornou-se o tema essencial do povo brasileiro, profundamente interessado na sua solução, que afeta a economia privada de cada cidadão, pela sua repercussão no processo inflacionário em que o país se debate, há longos anos, traduzido no custo de vida que está presente em todos os lares.

Não há estranhar que o problema acabe invadindo a sede das entidades de classe, de certo modo ligadas à produção brasileira, como é o caso da Associação Comercial do Rio de Janeiro, com a sua extensa tradição de serviços prestados à comunidade. E é exatamente lá que um de seus diretores, o dr Alfredo Marques Viana vem estudando demoradamente o assunto, sob todos os seus aspectos, inclusive o ético, que acaba de ser examinado num precioso documento da Santa Sé. Por isso o dr Alfredo Marques Viana começa a sua investigação pelos aspectos morais da inadimplência. Será um pecado mortal, ou apenas a resultante de circunstâncias de certo modo imprevisíveis, como tantas vezes acontece na economia privada e nas relações comerciais. É quando as dificuldades se revestem da presença do impossível, como querer impor a vontade de credores implacáveis? Será que eles atribuem aos devedores a força dos taurmurgos, na realização de milagres que escapam à sua vontade e às suas intenções?

Diante desses aspectos, surgem, nas pesquisas do diretor da Associação Comercial, os precedentes de diversos países que se viram envolvidos por circunstâncias semelhantes. A começar pelos Estados Unidos, nos empréstimos não resgatados para a construção dos canais que tanto valeram ao desen-

volvimento de sua economia. Mas os exemplos são numerosos e acabam envolvendo nações poderosas, como a Inglaterra, a União Soviética, a Alemanha vencida na Primeira Guerra Mundial. Se quisesse ir um pouco mais longe, encontraria a Turquia, o Egito e numerosos outros países que diversos fatores arrastaram a uma situação de insolvência. O próprio Brasil encontrou dificuldades intransponíveis, na fase da Regência, e teve que recorrer à consolidação da sua dívida em 1898 e 1914, sob pena de valer-se de moratórias unilaterais. A crise da Grande Depressão, a partir de 1929 e da famosa sexta-feira negra, levou Osvaldo Aranha a enfrentar a cólera dos banqueiros, que reações enérgicas acabam tornando de novo cordatos e compreensivos.

Até mesmo porque, no domínio da ética, haveria muita coisa que observar, não só na atitude dos banqueiros, como na voracidade ou no apetite dos caçadores de comissões. E se se fala tanto em insolvência, por que não destacar a atitude do presidente Nixon, extinguindo, em 1971, a conversibilidade em ouro do dólar, promovido a moeda de curso internacional? Bastaria esse pronunciamento para que, de imediato, se suspendesse o plano aprovado em Bretton Woods, que tinha naquela conversibilidade o seu compromisso essencial, como uma garantia suprema a todos os signatários do pacto. O lastro ouro valia como um limite ao emissionismo dos Estados Unidos. Suprimida a conversibilidade, os Estados Unidos ficavam com a faculdade de lançar no mercado tantos dólares quantos conviessem à sua economia e às suas despesas. De um ponto de vista moral, o ato do presidente Nixon era muito mais grave do que a ausência de pagamentos de empréstimos por parte de países estiolados ou reduzidos à miséria pela deterioração das relações de troca, com os preços vis impostos aos países devedores. Quando o Terceiro Mundo se limitava a

pedir mais preços do que proteção. Não seria abuso inqualificável a supressão do conversibilidade do dólar, em face do acordo de Bretton Woods? Que disseram então os falsos moralistas do Citicorp, em face de um ato que lhes abria caminhos largos de prosperidade e riqueza?

Não creio, aliás, que seja solução exequível fazer depender o pagamento das dívidas de uma parcela, 2,5%, por exemplo, do Produto Interno Bruto. Muito mais recomendável é a orientação preferida pelo presidente do Peru, fazendo depender o pagamento da dívida de uma relação com os saldos comerciais. Porque se o Produto Interno Bruto crescer rapidamente, mais pela expansão do mercado interno, o compromisso de uma parcela desse Produto poderá tornar-se insustentável, se não estiver em correspondência com os superávits no balanço comercial.

Todavia, o que é mais importante é ver uma entidade, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, envolver-se num problema que interessa a todo o povo brasileiro. E não apenas ao nosso povo como a todo o Terceiro Mundo, que devia ser chamado para uma decisão conjunta. Os estudos a que se vem dedicando o dr Alfredo Marques Viana se detêm na influência com que o serviço da dívida externa se reflete na inflação brasileira. Mostram como, com a extinção da conversibilidade do dólar, o Fundo Monetário Internacional se transforma em fiscal da economia dos Estados Unidos, esquecido de todo o seu papel de controlador das finanças universais. Não teria sido de prever que, na era dos petrodólares, houvesse um pronunciamento do FMI chamando a atenção para o volume de empréstimos, que não encontrariam divisas para o seu resgate? Para atalhar a imprudência tanto de devedores, como de credores? Silenciou na fase de abundância dos petrodólares, e vem agora estimulando a recessão nos países devedores, mais interessados na riqueza dos bancos do que na sorte e destino de povos espoliados.

Como se não importasse tudo isso, vem agora o presidente do City Bank, que é o maior financiador do Brasil, defender a intransigência dos bancos em face das propostas do Brasil. Parece esquecer que o Brasil não está pedindo coisa alguma. Está apenas participando que não pagará esses empréstimos com a miséria e a fome do povo brasileiro. Ou repetindo, mais uma vez, em homenagem ao senador Teotônio Vilela, aquela frase famosa: "Pagar? Como?" Se não há mesmo como pagar? E o jovem banqueiro que os correspondentes dizem que tem um rosto de menino, assume ares de fanfarrão, e ameaça não sei quantos países de os riscar, por vinte anos, dos mapas universais. Será que tanta arrogância não dará, a todos eles, o desejo de pagar para ver? Numa hora em que os Estados Unidos se sentem esmagados por um déficit orçamentário inimaginável e por um déficit comercial que assustaria qualquer governo, que não estivesse arrastado por um complexo de armamentismo que acha pequena a Terra e já se propõe a invadir as estrelas.

